

RELATÓRIO DE ASSESSORIA JURÍDICA – LBS ADVOGADAS E ADVOGADOS

O presente relatório tem como objetivo listar as principais atividades desenvolvidas pela LBS Advogadas e Advogados a partir da agenda estabelecida nas reuniões semanais da Secretaria de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe da CONDSEF/FENADF, no período de setembro de 2022 a dezembro de 2023. As atividades foram divididas em: pareceres jurídicos, ofícios, consultas, notas técnicas, habilitação como amiga da corte e outras atividades.

PARECERES JURÍDICOS

Foram elaborados 14 pareceres sobre os seguintes temas:

1. Dissídio Coletivo EBSERH

Tema: Explicação comparativa entre o dissídio de greve instaurado pela empresa e um dissídio econômico – diferenças fundamentais e processuais e alcance da sentença normativa em cada caso

Data: 02/09/2022

2. MP 1.119/2022

Tema: Nota Técnica sobre a Medida Provisória (MP) 1.119/2022, que reabre até 30 de novembro de 2022 o prazo para migração das servidoras e servidores para regime de Previdência Complementar.

Data: 30/09/2022

3. Tabela Comparativa: Cláusula de Liberação Sindical

Tema: Parecer simples - quadro comparativo entre as cláusulas de liberação sindical. CONAB

Data: 19/10/2022

4. Aposentadoria compulsória de empregado público

Tema: Análise do Projeto de Lei (PL) nº 2635/2022, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (União-MS), que dispõe sobre a aposentadoria compulsória, por idade dos empregados dos consórcios públicos, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias, nos termos do §16 do Art. 201 da Constituição Federal.

Data: 03/11/2022

5. Comunicado situação do Dissídio

Tema: Comunicado DCG -EBSERH.

Data: 19/12/2022

6. IN 98 Programa de Gestão

Tema: Parecer sobre a revogação da IN 98, que trata acerca do programa de gestão

Data: 04/01/2023

7. Planos de carreira da Funai

Tema: Análise da Proposta do Plano de Carreira – FUNAI.

Data: 23/11/2022

8. PGD

www.lbs.adv.br

BRASÍLIA

CAMPINAS

GOIÂNIA

SÃO PAULO

(11) 3583-8030

(61) 3366-8100

(19) 3399-7700

(62) 3626-5222

(11) 3583-8030

@brasilia@lbs.adv.br

@campinas@lbs.adv.br

@goiania@lbs.adv.br

@sp@lbs.adv.br



Tema: Parecer sobre a nova Instrução Normativa que regulamenta o PGD na Administração Pública.

Data: 07/08/2023

9. Aposentadoria estabilizados

Tema: parecer sobre o julgamento do STF quanto à situação de aposentadoria dos servidores estabilizado pelo art. 19 do ADCT

Data: 28/07/2023

10. PGD

Tema: Parecer sobre a nova Instrução Normativa que regulamenta o PGD na Administração Pública.

Data: 07/08/2023

11. GDPGPE/FUNAI

Tema: Parecer sobre a forma de pagamento da GDPGPE no âmbito da Funai

Data: 26/09/2023

12. Ações dos 28%

Tema: Parecer sobre ação dos 28,86% (Ação Judicial n. 0004544-72.1996.4.01.5600 (Cumprimento de Sentença), ajuizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior contra a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso);

Data: 05/10/2023

13. Contribuição assistencial

Tema: Parecer sobre aplicação da contribuição assistencial no setor público

Data: 17/11/2023

OFÍCIOS

Foram elaborados 22 ofícios sob medida para diversos Ministérios e órgãos públicos. São eles:

1. Resposta ao Ofício SEI nº 35694/2022/MTP)

Tema: Ofício sobre a legitimidade da FENADSEF com única representante possível da categoria.

Data: 14/09/2022

2. Greve EBSEH

Tema: Comunicado aos dirigentes da base da EBSEH sobre a nova greve.

Data: 19/09/2022

3. Lançamento de falta grave

Tema: Comunicado elaborado com o intuito de informar os empregados da EBSEH que o lançamento de falta grave é contrário ao estabelecido em acordo judicial.

Data: 06/10/2022

4. EBSEH

www.lbs.adv.br

BRASÍLIA

CAMPINAS

GOIÂNIA

SÃO PAULO

(11) 3583-8030

(61) 3366-8100

(19) 3399-7700

(62) 3626-5222

(11) 3583-8030

@brasilialbs.adv.br

@campinaslbs.adv.br

@goiania@lbs.adv.br

@sp@lbs.adv.br



Tema: Obstruções ao encaminhamento da negociação coletiva do período 2023/2024.

Data: 10/03/2023

5. Ofício EBSEH

Tema: Propostas para mesa de negociação da EBSEH.

Data: 16/03/2023

6. Revogação da portaria sobre precatórios

Tema: Ofício com pedido de audiência sobre a portaria revogada da AGU sobre precatórios.

Data: 05/04/2023

7. CNTS DCG

Tema: Comunicado CNTS. Dissídio Coletivo de Greve nº 1000761-57.2021.5.00.000

Data: 22/03/2023

8. Desconsignação da mensalidade sindical

Tema: Pedido de reunião sobre desconto em folha de pagamento da mensalidade sindical (Revogação do Decreto nº 10.328/2020 e Portaria nº 209/2020 do Ministério da Economia)

Data: 11/04/2023

9. Reforma da Previdência

Tema: Pedido de reunião para tratar sobre a inconstitucionalidade de alterações promovidas pela Reforma da Previdência (Emenda Constitucional n. 103/2019) ao MGI.

Data: 11/04/2023

10. Reforma da Previdência

Tema: Ofício ao MGI com pedido de revogação do novo cenário após reforma da previdência quanto à conversão de tempo especial em comum, com pedido de reunião.

Data: 11/04/2023

11. Necessidade de desburocratização do laudo pericial

Tema: Ofício sobre a necessidade de desburocratização do laudo pericial.

Data: 12/04/2023

12. Portaria n. 10.360/2022

Tema: Ofício contra as burocratizações da Portaria n. 10.360/2022 quanto ao laudo pericial de insalubridade e comprovação do período de atividade especial para conversão, ao MGI.

Data: 12/04/2023

13. Desconsignação da mensalidade sindical

Tema: Ofício contra a desconsignação unilateral e imediata da mensalidade sindical, ao MGI;

Data: 12/04/2023

14. Conversão de tempo especial em comum no RPPS

Tema: Ofício sobre a conversão de tempo especial em comum no RPPS após a Reforma da Previdência, ao MGI;

Data: 12/04/2023

15. Reforma da Previdência - Ministério da Previdência

Tema: Ofício ao Ministério da Previdência Social contra a Reforma da Previdência (principais pontos problemáticos)

Data: 12/04/2023

16. Greve dos servidores do IPHAN

Tema: Ofício ao Presidente do IPHAN sobre a greve de servidores em 2014.

Data: 25/08/2023

17. Licença prêmio

Tema: Ofício sobre requerimento administrativo para licença prêmio ao MGI.

Data: 06/11/2023

18. Servidores da FUNASA

Tema: Ofício com pedido de reunião sobre a situação dos servidores da FUNASA ao MGI.

Data: 24/11/2023

19. Liberação de delegados sindicais

Tema: Ofício sobre liberação de delegados sindicais para a participação no Congresso da CONDSEF.

Data: 24/11/2023

20. CONAB e EBSEERH – Delegados sindicais

Tema: Ofícios da CONAB e EBSEERH com pedido de liberação para participação no Congresso da CONDSEF.

Data: 27/11/2023

21. CONAB e EBSEERH – Delegados sindicais

Tema: Ofícios da CONAB e EBSEERH com pedido de liberação para participação no Congresso da CONDSEF.

Data: 27/11/2023

22. Negociação ANDEPS

Tema: Ofício ao MGI sobre a legitimidade constitucional e o papel das entidades sindicais na representação e negociação coletiva.

Data: 28/11/2023

CONSULTAS

Outrossim, foram respondidas 8 consultas sobre temas de interesse da CONDSEF/FENADSEF.

1. Resolução Previc nº 15

Tema: Consulta sobre a Resolução Previc nº 15, que dispõe sobre o requerimento de licenciamento e a operacionalização da retirada de patrocínio e da rescisão unilateral de convênio de adesão, no âmbito do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar

Data: 30/09/2022

2. Consulta simples

Tema: Possibilidade de reedição de resolução já sustada via decreto legislativo.

Data: 19/10/2022

3. Percepção da GACEN/FUNASA

Tema: Possibilidade de percepção integral da GACEN após a aposentadoria. FUNASA.

Data: 25/10/2022

4. Adicional de insalubridade da EBSE RH

Tema: Pesquisa sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade no TRT 3 E TST

Data: 09/11/2022

5. Termo Aditivo EBSE RH à luz da LGPD

Tema: Análise jurídica do Termo aditivo ao contrato de trabalho dos empregados da EBSE RH à luz da LGPD.

Data: 10/03/2023

6. Representatividade Sindical CNAS

Tema: Representatividade Sindical dos Trabalhadores no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Data: 10/03/2023

7. Modelo atual de atenção à saúde indígena e AGSUS

Tema: Consulta sobre efetivação plena do modelo atual de atenção à saúde indígena (AGSUS e saúde indígena).

Data: 13/09/2023

NOTAS TÉCNICAS

Foram elaboradas quatro notas técnicas sobre temas complexos, atendendo às demandas específicas da CONDSEF.

1. Arcabouço fiscal

Tema: Nota Técnica sobre os impactos do arcabouço fiscal no serviço público finalizada em 27 de maio de 2023.

Data: 29/05/2023

2. PASEP

Tema: Nota Informativa sobre responsabilização do Banco do Brasil por saques indevidos e má gestão de valores em contas vinculadas ao PASEP e prazo para reclamar os desfalques.

Data: 05/10/2023

3. Mandado de Segurança – Plano de Carreira da Funai

Tema: Nota técnica sobre a inviabilidade da impetração de Mandado de Segurança para questionar plano de carreira da Funai.

Data: 14/11/2023

4. IN 30/2023

Tema: Nota técnica sobre a IN 30/2023 que estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

www.lbs.adv.br

BRASÍLIA

CAMPINAS

GOIÂNIA

SÃO PAULO

(11) 3583-8030

(61) 3366-8100

(19) 3399-7700

(62) 3626-5222

(11) 3583-8030

@brasilialbs.adv.br

@campinaslbs.adv.br

@goiania@lbs.adv.br

@sp@lbs.adv.br



Data: 27/11/2023

HABILITAÇÕES COMO AMIGA DA CORTE

Foram realizadas oito habilitações do CONDSEF como amiga da corte tanto no Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

1. Habilitação como *amicus curiae* – Temas relevantes no STJ

Ingresso da CONDSEF como *amicus curiae* nos seguintes Temas:

- **Tema 1.033** - Interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas.
Afetado em 30/10/2019
Processos: REsp n. 1.801.615/SP e REsp n. 1.774.204/RS
- **Tema 1.101** - Termo final da incidência dos juros remuneratórios nos casos de ações coletivas e individuais reivindicando a reposição de expurgos inflacionários em cadernetas de poupança.
Afetado em 01/07/21
Processos: REsp n. 1.877.300/SP e REsp n. 1.877.280/SP
- **Tema 1.130** - Definir se a eficácia do título judicial de ação coletiva promovida por sindicato de âmbito estadual está restrita aos integrantes da respectiva categoria profissional (filiação ou não) lotados ou em exercício na base territorial da entidade sindical autora.
Afetado em 23/02/22
Processos: REsp n. 1.966.058/AL, REsp n. 1.966.059/AL, REsp n. 1.966.060/AL, REsp n. 1.966.064/AL, REsp n. 1.968.286/AL e REsp n. 1.968.284/AL
- **Tema 1.141** - Definir se é prescritível a pretensão de expedição de novo precatório ou RPV, após o cancelamento da requisição anterior, de que tratam os arts. 2º e 3º da Lei 13.463, de 06/07/2017.
Afetado em 25/04/22
Processos: REsp n. 1.944.899/PE, REsp n. 1.961.642/CE e REsp n. 1.944.707/PE.
- **Tema 1.169** - Definir se a liquidação prévia do julgado é requisito indispensável para o ajuizamento de ação objetivando o cumprimento de sentença condenatória genérica proferida em demanda coletiva, de modo que sua ausência acarreta a extinção da ação executiva, ou se o exame quanto ao prosseguimento da ação executiva deve ser feito pelo Magistrado com base no cotejo dos elementos concretos trazidos aos autos.
Afetado em 18/10/22
Processos: REsp n. 1.978.629/RJ, REsp n. 1.985.037/RJ e REsp n. 1.985.491/RJ
- **Tema 1.217** - Possibilidade de cancelamento de precatórios ou Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais, no período em que produziu efeitos jurídicos o art. 2º da Lei 13.463/2017, apenas em razão do decurso do prazo legal de dois anos do depósito dos valores devidos, independentemente de qualquer consideração
Afetado em 22/09/23
Processos: REsp n. 2.045.491/DF, REsp n. 2.045.191/DF e REsp n. 2.045.193/DF

- **Tema 1.175 do STJ** sobre “Necessidade ou não de apresentação do contrato celebrado com cada um dos filiados para que o sindicato possa reter os honorários contratuais sobre o montante da condenação.”

2. Habilitação como amicus curiae – Tema 1.276 do STF

Tema: Ingresso da CONDSEF como *amicus curiae* no Tema 1.276 do STF sobre “Possibilidade de, em decorrência da autotutela administrativa, efetivar-se a supressão de vantagem pessoal, de trato sucessivo, incorporada por erro da Administração aos proventos de servidora pública há mais de cinco anos.”

Data: 09/11/2023

OUTRAS ATIVIDADE:

1. Termo de acordo - Incra

Tema: Termo de Acordo firmado entre os servidores do Incra e o auditor Ronney.

Data: 09/11/2023

2. Modelo de comunicação circular sobre ajuizamento de ações coletivas.

Tema: Modelo de comunicação circular sobre ajuizamento de ações coletivas.

Data: 12/04/2023

3. PAD – MAPA –

Tema: Análise do PAD instaurado para apuração de supostas irregularidades no processo licitatório e contrato realizados para reforma nos prédios sede e anexos da SFA/BA. O relatório final recomendou a demissão. O processo foi encaminhado para a decisão da autoridade responsável. **Posteriormente, após entrega de memorial e conversa com membros, o MAPA reconheceu a prescrição das supostas penalidades.**

Data: 03/05/2023

4. GT interno – Administração Pública diretrizes dos planos de carreira

Tema: Pesquisa livre sobre formas de contratação comparada com França e Espanha já discutida na segunda-feira, dia 08 de maio, com o GT.

Data: 12/04/2023

5. Emenda – Câmara dos Deputados

Tema: Emenda da Funai contra alteração no regime de trabalho pela MPV 1.181/2023

Data: 27/07/2023

6. Recurso Administrativo - Ministério da Saúde

Tema: Reposição ao erário em face dos benefícios de pensão civil - Filhos do ex servidor Gilberto Jorge Cordeiro Gomes.

Data: 18/08/2023

7. Análise de contratos

Tema: Análise dos contratos referente a empresa: JE ADMINISTRADORA DE BENS MOVEIS E IMOVEIS LTDA.

www.lbs.adv.br

BRASÍLIA

CAMPINAS

GOIÂNIA

SÃO PAULO

(11) 3583-8030

(61) 3366-8100

(19) 3399-7700

(62) 3626-5222

(11) 3583-8030

@brasilia@lbs.adv.br

@campinas@lbs.adv.br

@goiania@lbs.adv.br

@sp@lbs.adv.br



Data: 21/08/2023

Destacamos, por fim, algumas das ações relevantes em que participamos ativamente como assessoria jurídica:

1. Participação na Negociação da Greve da FUNAI (MPT):

- Desempenhamos papel ativo na negociação entre os envolvidos na greve da FUNAI, em procedimento no Ministério Público do Trabalho (MPT). Ao final conseguimos ajustar termo de acordo de greve, que beneficiou os servidores.

2. Procedimento para averiguar as condições de trabalho dos servidores da FUNAI (MPT)

- Desempenhamos papel ativo na elaboração de um documento que apontava diversas violações de direitos dos servidores da FUNAI, atuando em procedimento no Ministério Público do Trabalho (MPT), realizando audiência e fornecendo informações.

3. Mesa de Negociação do Plano de Carreira da FUNAI:

- Participação ativa na mesa de negociação para o desenvolvimento e aprimoramento do plano de carreira da FUNAI, visando atender às necessidades dos servidores públicos e promover condições mais justas e equitativas.

4. Intervenção Jurídica na Mesa de Negociação dos ATPS:

- Oferecemos intervenção jurídica especializada nas negociações relacionadas aos Acordos de Trabalho e Planos Setoriais (ATPS), assegurando a defesa dos interesses do CONDSEF.

5. Intervenção Jurídica no Acordo Firmado com os ATI:

- Atuando juridicamente na negociação para inclusão dos cargos de Analista de Sistema (PGPE), Analista de Sistemas (PST) e Analista de Suporte e Analista de Processamento de Dados na nova Carreira de Tecnologia de Informação.

• Negociação Coletiva CONAB:

- Participação ativa nas negociações coletivas com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), buscando alcançar acordos que atendam aos interesses dos trabalhadores representados pelo CONDSEF.

6. Negociação Coletiva EBSEH:

- Envolvimento direto nas negociações coletivas com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), trabalhando para assegurar condições laborais justas e benéficas para os representados pelo CONDSEF.

7. XXI Encontro Jurídico da CONDSEF

- Participação ativa na organização e na articulação das mesas e debates no XXI Encontro Jurídico da CONDSEF.

8. Acompanhamento e Assessoria Jurídica na Mesa de Negociação Permanente:

- Fornecemos acompanhamento e assessoria jurídica constante na Mesa de Negociação Permanente, garantindo que as discussões e decisões estejam alinhadas com os princípios legais e os interesses do CONDSEF.

9. Acompanhamento e Assessoria Jurídica no GTI de Regulamentação da Convenção 151:

- Participação ativa no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) voltado para a regulamentação da Convenção 151 da OIT, buscando influenciar positivamente as discussões e assegurar avanços significativos para os trabalhadores representados.

10. Denúncias para OIT

- Documento sobre as violações cometidas pelo Estado brasileiro contra a segurança e saúde dos servidores públicos da Funasa (ex-sucam) e Funai. Entregue pela CONDSEF na sede da OIT em Genebra.

11. GRUPO DE TRABALHO "Administração Pública e diretrizes dos planos de carreira"

- Participação ativa e elaboração de Relatório Final do Grupo de Trabalho "Administração Pública e Diretrizes dos Planos de Carreira", criado a partir do debate ocorrido no XXI Encontro Jurídico da CONDSEF.

Ao encerrar este relatório de prestação de contas, é com satisfação que destacamos o trabalho da assessoria jurídica da CONDSEF/FENADSEF. Ao longo do período abordado, foram elaborados 14 pareceres jurídicos, 22 ofícios e 8 consultas, além de notas técnicas e habilitações como amiga da corte em instâncias superiores.

A complexidade e a diversidade dos temas abordados, desde questões sindicais até análises aprofundadas sobre normas e projetos de lei, de direito civil, administrativo e constitucional.

As habilitações como amiga da corte tanto no STJ quanto no STF são testemunho da relevância da CONDSEF/FENADSEF para contribuições em questões de grande impacto jurídico e social. Além disso, a participação ativa em mesas de negociação, intervenções jurídicas e ações junto a órgãos e entidades demonstram o envolvimento constante na defesa dos direitos e interesses dos servidores representados.

Os resultados positivos alcançados em negociações, acordos e participação em instâncias judiciais reforçam a importância estratégica do fortalecimento da CONDSEF/FENADSEF. Este relatório, ao apresentar um panorama abrangente das atividades desenvolvidas, serve não apenas como um registro documental, mas como uma narrativa do compromisso contínuo em prol dos servidores públicos.

Agradecemos a confiança depositada na assessoria jurídica e reiteramos nosso comprometimento em continuar contribuindo para a defesa dos direitos dos trabalhadores e para o fortalecimento da CONDSEF/FENADSEF no cenário nacional.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

LBS ADVOGADAS E ADVOGADOS